

Índice

Integrar o Islão sem laicismo	1
Duas conceções da laicidade	3

Integrar o Islão sem laicismo

A decapitação do professor Samuel Paty em Conflans-Sainte-Honorine, arredores de Paris (em outubro de 2020) por mostrar caricaturas de Maomé na aula e o assassinio de três pessoas numa igreja em Nice (também em outubro de 2020) foram uma advertência para a França em face da violência islamista. O Presidente Emmanuel Macron concentrou o foco no “islamismo político” e, para isso, falou de integrar Islão e laicidade. Simultaneamente, veio à tona o problema de uma reação laicista exacerbada, que deixaria milhões de jovens sem respostas perante o facto religioso.

A França define-se constitucionalmente como uma república laica. De facto, esta laicidade parece hoje mais essencial do que as revolucionárias *igualdade, liberdade, fraternidade*. Macron, que havia lançado antes o grande tema da integração republicana do Islamismo (ver [“Aceprensa”, 24.2.2020](#) e [25.1.2018](#)), pretende lutar agora contra o que define como *separatismo*: em síntese, os comunitarismos – religiosos, embora nem sempre isso seja dito, e sobretudo o Islão –, que romperiam a unidade republicana. Mas esse intervencionismo para assegurar a igualdade, agudizado após os atentados, seria construído com base na diminuição da liberdade.

Muçulmanos chamam à calma

Um possível erro reside em continuar a utilizar argumentos errados na luta contra a violência: qualquer terrorismo, e

especialmente o islamista de hoje, baseia-se no ódio, nunca numa fé religiosa, por muito que seja invocado um ser supremo. Uma reação pública errada dá ainda mais força aos ativistas radicais.

Mais, deveria procurar-se que o pensamento muçulmano evolua por si mesmo, para aprofundar as evidentes ambiguidades dos seus escritos sagrados, e estabelecer interpretações compatíveis com as exigências da vida democrática moderna. Nesta linha, foi muito positivo o facto de uma figura do mundo muçulmano – o juiz Mohamed Mahmoud Abdel Salam, secretário-geral do Alto Comité para a Fraternidade Humana – ter feito uma intervenção no ato solene aquando da apresentação da encíclica do Papa Francisco [“Fratelli tutti”](#) (2020).

A 1 de novembro de 2020 foi publicada no “Le Monde” uma [tribuna assinada por vários intelectuais muçulmanos](#) em defesa da “concordia e da união”, e contra o boicote aos produtos franceses decretado em várias repúblicas islâmicas. O diário de Paris apresentou o texto com esta abertura: “O modelo francês respeita a universalidade dos valores sem opor as comunidades entre si”. A França não maltrata os muçulmanos. Pelo contrário, os atentados afligem toda a gente: “Nós, os muçulmanos de França e de outros países mediterrânicos, apelamos à calma e à razão”.

Como era previsível, não evitam falar do *punctum dolens* das caricaturas do Profeta, embora não refiram o massacre da redação do [“Charlie Hebdo” em 2015](#). Consideram-nas vulgares e chocantes. Mas admitem que, em França, a blasfémia não é um delito. É possível criticar, mas não proibir. A liberdade de expressão não inclui o insulto nem o incentivo ao ódio, que podem ser avaliados pelos tribunais. Mas nada permite usar a violência “nem na lei francesa, nem no Islão”. O Alcorão não chama a matar os que lancem provocações contra Maomé: “Os

assassínios em defesa do Profeta, a violência e os apelos a boicotes são, portanto, claramente contrários à mensagem alcorânica e refletem motivos profanos e políticos bem afastados da profundidade espiritual e ética do Islão”.

Por outro lado, consideram que o discurso do Presidente Macron contra o *separatismo* e a favor de construir um Islão em França, tem a ver com os aspetos culturais, não com os estritamente religiosos. Não viola a intimidade das consciências muçulmanas. “A diversidade cultural e religiosa é querida por Deus para a humanidade”; portanto, “qualquer agressão contra uma religião é um ataque a todas as religiões”.

Insistem em que o Islão “é uma religião de consciência que se dirige diretamente ao indivíduo: cada muçulmano é ‘uma Igreja’ para si mesmo, responsável sozinho perante Deus”, com uma interpretação peculiar do Alcorão XVIII, 29 (“O que quiser acreditar, que acredite; e o que quiser negar-se a acreditar, que não acredite”), para afirmar o valor do indivíduo, em notório contraste com a práxis de tantas repúblicas islâmicas confessionais (os autores não citam a continuação desse versículo: “Preparámos para os injustos um fogo cuja muralha os irá cercar; e se pedirem auxílio serão socorridos com uma água como o peixe que lhes queimará o rosto”). Além disso, em plena crise da pandemia, estes novos atentados em solo francês evocaram necessariamente os de 2016 – também em Nice – e o assassínio do idoso P. Jacques Hamel na sua igreja de Saint-Étienne-du-Rouvray (julho de 2016).

Niilismo jihadista

Alguns dias antes, três intelectuais da Síria e do Líbano analisavam a crise do Islão, concentrando-se nas duas possíveis faces do tema: o niilismo jihadista e o ódio a todo o muçulmano, talvez exacerbado por causa do assassínio do professor de história Samuel Paty, sem que tivesse ocorrido ainda o atentado de Nice. Receiam que o ódio aos valores da justiça, da liberdade e da igualdade, “se alargue de modo constante nos círculos muçulmanos, mas também noutros lugares, como Europa, Estados Unidos, Rússia, Índia, China e Brasil. Justamente quando a eclosão de uma sociedade mundial solidária poderia oferecer soluções para os grandes problemas da nossa época, seja o meio ambiente, o aquecimento do planeta, as epidemias, a fome ou as migrações”.

Além disso, concordam com Macron sobre a crise do Islão, embora considerem que não mencionou algo específico a esta: “Manifesta-se em particular pelo crescimento do jihadismo niilista no seu seio, e está a agravar-se à medida que se reforçam a xenofobia e o racismo no Ocidente e em muitos outros lugares”. Mencionam diversos factos – verdadeiros, mas talvez não comparáveis – que contribuíram para este fenómeno: as guerras do Afeganistão, a revolução iraniana de

1979, a invasão do Iraque em 2003, a crise da Síria desde 2011.

“Sobre os escombros destes dois países, Iraque e Síria, o Daesh [o acrónimo árabe para o Estado Islâmico] fundou a sua Internacional do Crime”. Porque “o niilismo jihadista prospera quando os sistemas políticos dos países de maioria muçulmana se fecham, quando o seu destino se lhes escapa”. Simultaneamente, é forçoso reconhecer que existem mais xenofobias e terrorismos no mundo do que o islamista: na Índia, em Myanmar, na própria China...

Na altura, o ministro do Interior francês, Gérald Darmanin, denunciou na imprensa o Colletive contre l’islamophobie en France como um grupo islamista “que trabalha contra a República”. Além de recusar a condenação desses atentados, o executivo teria informação suficiente para defender o fecho dessa associação, recetora de subsídios oficiais, mas crítica do que considera “islamofobia de Estado”. Esse fecho aconteceu ainda em 2020. Como é natural, Darmanin salientou que o governo “luta contra uma ideologia, não contra uma religião”: os muçulmanos franceses são “os primeiros alvos destes islamistas que querem estender o seu poder. Uma grande percentagem de muçulmanos em França são os primeiros a exigir uma ação forte do Estado francês”.

As razões da França

O problema é suficientemente complexo, dentro e fora de França, para que o Presidente Macron tenha procurado explicá-lo [numa extensa entrevista](#) ao canal de televisão pan-árabe “Al Jazeera”, e numa [carta de resposta ao “Financial Times”](#). Teve a preocupação de superar o ressentimento do mundo árabe-muçulmano, assim como o ceticismo anglo-saxónico perante o conceito francês de laicidade. Forçoso é reconhecer a sua peculiaridade, que choca frequentemente com a liberdade religiosa, como se comprovou nos protestos da hierarquia católica em face das [decisões unilaterais do governo sobre atos de culto](#), ainda que com o objetivo de evitar a expansão do coronavírus (“Aceprensa”, 20.5.2020).

Ao honrar em Paris o professor de história assassinado, Macron sublinhou a liberdade de expressão, que na sua opinião inclui possíveis blasfémias, mas referiu que entende e respeita os que ficaram “abalados” com as caricaturas. Contudo, as críticas por parte dos líderes de países aliados pouco suspeitos de fundamentalismo, como a Jordânia, mostram que o problema é mais amplo. Como salienta um [editorial do “Le Monde”](#) (2.11.2020), “entre a iconoclastia sunita, que proíbe qualquer representação do Profeta, e a tradição francesa da caricatura, inseparável da sua raiz anticlerical, o fosso é imenso. Seria lamentável que a defesa da liberdade de expressão ficasse reduzida a esta questão”.

Mas também é lamentável um entendimento do princípio de laicidade estatal que arranha o fundamentalismo laicista. Jacques Chirac acentuou talvez as incompreensões com as [normas sobre o véu feminino](#) nos espaços públicos. Nicolas Sarkozy tentou apaziguar os ânimos com o conceito de [laicidade positiva](#) ("Aceprensa", 24.12.2007). Mas o debate está longe de estar fechado no próprio Hexágono, como mostra o interesse dos meios de comunicação, também por causa da deriva antirreligiosa que sofrem todos os crentes, e não só nem muito menos os muçulmanos. De qualquer forma, Macron insistiu em que "luta contra o separatismo islamista, nunca contra o Islão", segundo afirmou na carta ao "Financial Times", que o havia acusado de "estigmatizar, com fins eleitorais, os muçulmanos franceses" e de "manter um clima de receio e suspeita para com eles".

Explica o diário britânico que a França está a ser atacada pelos seus valores, pela sua laicidade e pela sua liberdade de expressão, e "não cederá" perante o *separatismo* islamista, que é "um caldo de cultura de vocações terroristas". Refere-se a "centenas de indivíduos radicalizados que podem, a todo o momento, pegar numa faca e matar franceses". Como se sabe, nalguns bairros – onde de facto não entra a polícia – e na Internet, "grupos ligados ao islamismo radical ensinam as crianças da França a odiar a República, e apelam a não respeitar as leis". Haveria um combate a desencadear, portanto, "contra o obscurantismo, o fanatismo e o extremismo violento. Nunca contra uma religião".

O laicismo é insuficiente

Daí a importância da escola. O assassinato de Samuel Paty reabriu o antigo problema do ensino do facto religioso na escola pública, pendente de consenso pelo menos desde a comissão Stasi (2003) e o Relatório Debray (2002) no início do século XXI. Para muitos, aí reside grande parte da solução para os atuais conflitos. O contraste dos espíritos é bem patente numa frase de Philippe Gaudin, diretor do Institut européen en sciences des religions, hoje designado por Institut d'étude des religions et de la laïcité: "Um catecismo republicano na escola não permite abordar serenamente os factos religiosos".

Nos finais do século XX, o aumento da emigração veio determinar a revisão factual de conteúdos do ensino obrigatório, tanto numa perspetiva multicultural como religiosa. Na verdade, o [Relatório Debray](#) referia em 2002 a necessidade de ensinar na escola laica a realidade das religiões, para "passar de uma laicidade da abstenção, para uma laicidade da inteligência". Não se defende já um laicismo que confine a religião à esfera privada, porque não é real, não contribui para o conhecimento da história ou da arte, nem permite aprofundar o sentido profundo de uma convivência democrática aberta.

E mais, na opinião de Gaudin, os centros de formação do professorado deveriam incluir programas sobre filosofia da

laicidade e do facto religioso. Os educadores do século XXI têm de estar em condições tanto de afirmar os princípios republicanos, como de responder às perguntas dos alunos sobre as religiões, contextualizando as suas raízes históricas, sociais, políticas e culturais. Só assim se pode desenvolver o sentido crítico dos alunos, neste tema como nos outros. No seu entender, "estamos a pagar o preço de não ter querido conceder importância ao entrelaçamento cultural, social e religioso na escola como em todo o lado. Este ensino não será a varinha mágica que irá resolver todos os nossos problemas, mas permitirá fazer viver melhor nos jovens o ideal de laicidade no qual a França se reconhece".

Impõe-se um pacto educativo que configure um plano progressivo de cursos de ética e cultura religiosa nos ensinos primário e secundário, sem se reduzirem às clássicas referências multidisciplinares: terão de aceitá-lo tanto o laicismo fundamentalista que nega esse espaço dentro do ensino público, como aqueles que somente admitem um ensino confessional. Será preciso superar excessivos preconceitos emocionais.

S. B.

Duas conceções da laicidade

O Estado francês afirma ser neutral, mas não renuncia a legislar sobre questões religiosas, algo impensável para os norte-americanos.

Emmanuel Macron rebateu a 4 de novembro de 2020, [numa carta ao "Financial Times"](#), as suas acusações de "estigmatizar, com fins eleitorais, os muçulmanos franceses", após atentados provocados pela violência islamista radical. Nesse contexto, [o diário "La Croix" abordou](#) no dia seguinte com Florian Michel, professor de história contemporânea na Université Paris 1 Panthéon-Sorbonne, a dificuldade do mundo anglo-saxónico para compreender o sistema de laicidade francês. Pelo menos desde os tempos da presidência de Jacques Chirac, a política oficial é interpretada como ação negativa contra a religião.

Para o professor Michel, a controvérsia deriva das diversas conceções da laicidade. Os anglo-saxónicos não parecem entender o que Macron tenta explicar quando insiste em que a França e o seu governo são atacados pela sua laicidade, entendida como neutralidade do Estado, tanto para os muçulmanos como para os cristãos, os judeus ou os budistas: a autoridade nunca intervém nos assuntos religiosos e garante o exercício dos correspondentes cultos.

Mas, na realidade, “o Estado francês intervém constantemente na esfera religiosa, financiando os professores de centros privados confessionais, assegurando a conservação das catedrais, legislando sobre o uso do véu, ou procurando organizar o ‘culto muçulmano’”. O Presidente da República francês reconheceu-o na sua carta ao “Financial Times”, ao referir-se ao seu “projeto de criar em Paris ‘um instituto destinado a mostrar a grande riqueza da civilização islâmica’, um projeto provavelmente impensável nos países anglo-saxónicos, que tanto desconfiam das intervenções estatais”.

çar pela liberdade religiosa. Perante a possível proibição de algumas entidades que fomentariam o ódio à República francesa em nome do Islão, um especialista francês em direito de associação, Jean-Claude Bardout, recordou em declarações ao “Le Monde” que “o princípio de laicidade é imposto ao Estado, não às associações, nem ao cidadão”.

S. B.

Separação sim, mas não laicismo

Por seu lado, os presidentes norte-americanos nunca deixam de citar a Bíblia, e a referência a Deus é contínua na vida quotidiana dos Estados Unidos. Michel explica que nesse país, “a separação de Igreja e Estado é estrita no plano jurídico, mas não se opõe à religião. As confissões religiosas podem expressar-se livremente na esfera pública. A manifestação pessoal da fé – seja de Thomas Jefferson, Harry Truman, John F. Kennedy ou Jimmy Carter –, confirma o pluralismo religioso dos Estados Unidos”.

Para os norte-americanos, a posição correta é “a de uma estrita separação em relação a todas as religiões, como referiu Thomas Jefferson na sua carta aos Batistas de Danbury, em 1802. Evoca a necessidade de erguer um ‘muro de separação’ entre as Igrejas e o Estado (...). Esta conceção do ‘muro de separação’ continua a prevalecer atualmente na jurisprudência norte-americana”.

Liberdade religiosa

De qualquer forma, esta abordagem pode estar menos consolidada do que considera o Prof. Michel: basta pensar em diversos casos pendentes perante o Supremo Tribunal, geralmente, por aplicação de leis sanitárias ou educativas que poderiam violar a Primeira Emenda. Além disso, com a pandemia, juizes de âmbito inferior protegeram a liberdade religiosa em face de decisões políticas que os afetados consideravam intromissões. Nessa linha, situa-se um caso que pode ter uma evolução imprevisível: a proibição do uso de uma máscara numa escola pública de um condado do Mississippi, com a legenda “Jesus ama-me”, quando foram admitidas muitas outras com textos variados: equipas desportivas, logos universitários, frases de televisão, candidatos políticos, o *slogan Black Lives Matter...*

Na sociedade contemporânea, nada costuma ser pacífico quando se trata do facto religioso. Por isso, a necessidade de aquilatar a diversidade dos direitos humanos clássicos, a come-